

# JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 11°  
Mínima: 11°

ANO XXII - Nº 8970 - TERESINA (PI), QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00  
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

## DEMISSÃO

Prefeitos demitiram servidores com base em decisão do TCE-PI e em obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para gastos com pessoal

# Prefeitos suspendem as nomeações de concursados

FRANCY TEIXEIRA  
DE POLÍTICA

Seguindo decisão do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), prefeitos de dois municípios piauienses suspenderam atos de nomeação de servidores realizados na gestão anterior. Os decretos foram publicados na edição da quarta-feira, dia 15, do Diário Oficial dos Municípios. O primeiro caso refere-se à cidade de Matias Olímpio, onde o prefeito Edisio Alves Maia, conhecido como Fogoió (PSD), determinou a sustação de qualquer ato de nomeação e posse de candidatos aprovados em concurso público realizado em 2016 na cidade.

Para tomar a decisão, Fogoió lembrou os limites de gastos com pessoal impostos pela legislação. "O concurso realizado na gestão do ex-prefeito municipal Antônio Rodrigues Sobrinho não atendeu as determinações legais

Prefeitos tomam por base decisão do TCE-PI e o cumprimento da LRF para demitir concursados



ALVIMAR suspendeu nomeações de 34 concursados

exigíveis para o caso no que diz respeito ao índice de gastos com pessoal acima do permitido por lei", apontou nas considerações.

O descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei

de Responsabilidade Fiscal (LRF) pode acarretar numa série de sanções aos municípios, impedindo alguns repasses federais e o estabelecimento de diversos convênios, prejudicando abruptamente a gestão. Tais impedimentos têm motivado os pedidos por parte de alguns gestores para

a revisão dos chamamentos.

Com a publicação, o decreto do prefeito Fogoió passa a entrar em vigor, assim, os atos de nomeação e posse dos concursados ficam oficialmente sustados.

**PEDRO II** - Além do gestor de Matias Olímpio, o prefeito Alvimar Martins (PP) também decretou a exoneração de pessoal. Com o ato, ficaram anulados todos os atos administrativos praticados pelo município de Pedro II referentes a nomeação de 34 servidores.

**SEM PAGAMENTOS**

# **TCE identifica débitos milionários com a Agespisa**

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) publicou nesta quarta-feira, dia 15, uma série de decisões envolvendo a prestação de contas dos municípios piauienses. Dentre as principais ocorrências identificadas nas ex-gestões está a inadimplência junto à Agespisa. No município de Miguel Alves, foi identificado o débito de R\$ 169 mil no exercício financeiro de 2014, sendo aplicada multa à ex-prefeita Maria Salete; sendo destacado o julgamento de irregularidade nas contas.

Outro caso julgado pelo TCE em que se decidiu pela irregularidade nas contas diz respeito ao exercício financeiro de 2013 do município

de Nossa Senhora dos Remédios, em que dentre outras impropriedades identificadas, encontrou-se um débito de R\$ 311,2 mil no período descrito, o que também motivou a aplicação de multa de 200 Unidades Fiscais de Referência (UFR-PI), pouco mais de R\$ 600 ao ex-prefeito Francisco Pessoa Brito.

Também foi apontada irregularidade nas contas de 2014 da cidade de Barreiras do Piauí, liderada na época por Divino Alano Barreira, sendo apontadas dentre outras inconsistências, dívidas no valor de R\$ 176 mil com a Agespisa, o ex-gestor também recebeu uma multa do órgão de controle. Já em Ca-

racol as dívidas identificadas no exercício financeiro de 2013 chegavam a R\$ 29,5 mil, sendo dado parecer prévio à reprovação das contas da gestão do ex-prefeito Nilson Fonseca Miranda.

**RESSALVAS** - Outras contas receberam indicativo de aprovação, mas com ressalvas, como é o caso da gestão de Eduardo Alves em Regeneração, referente ao ano de 2013, sendo identificado débito com a Agespisa na época de R\$ 2,2 milhões. Igual situação foi verificada pelos conselheiros em Nazária, no exercício de 2013, quando o débito chegou a R\$ 256 mil na gestão de Francisco Ubaldo Nogueira. (F.T.)

# DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

## AÇÃO JUDICIAL

A Associação dos Permissionários do Terminal Rodoviário Lucídio Portela de Teresina ingressou ontem com Ação Civil Pública pedindo a anulação da nova tarifa de embarque cobrada no citado terminal.

## NOTICE

Já no TCE, a Associação questiona o contrato (PPP) da empresa Sinart com o governo. Os permissionários querem uma auditoria para saber onde foi para os R\$ 200 mil pagos de luva quando o termo foi assinado.

Página 4. Coluna Pedro Alcântara

## **Olavo Rebelo**

*Falcatruas.*

O presidente do Tribunal de Contas do Piauí deveria entrar em contato com a Associação Piauiense de Empresários de Obras Públicas.

A entidade tem série de denúncias para relatar.

Todas elas são sobre irregularidades em licitações em cidade do interior do Estado.

Caderno 2, Página 2. Coluna Magalhães

## OBRAS PÚBLICAS

## Empreiteiros denunciam irregularidades em licitações feitas por prefeituras do interior

A Associação Piauiense de Empresários de Obras Públicas (Apeop) apresentou ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas denúncias sobre supostas irregularidades em licitações para obras no interior do Piauí. De acordo com a entidade, construtores são lesados por direcionamento nos certames, restrições aos editais e que escritórios em Teresina sediam até todas as etapas da licitação, sem a devida comunicação as empresas interessadas. Os principais prejudicados, segundo a Apeop, são pequenos empreiteiros.

O presidente da entidade,

Artur Feitosa, confirmou a apresentação da denúncia. "Já buscamos o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE) levando essa inquietação do setor. Nós pequenos construtores precisamos de uma ação mais célere de quem tem o papel de fiscalizar a aplicação do dinheiro público", diz ele.

Já o vice-presidente da Apeop, Gilberto Cordeiro, cita que falhas em processos licitatórios são comuns nos municípios piauienses. "Às vezes nos inscrevemos depois de acessar o edital com todas as dificuldades e no dia da

abertura dos envelopes nos deslocamos 600 até 1 mil quilômetros pensando que tudo está certo, mas chegando lá, nem o presidente da Comissão de Licitação se encontra na cidade. Todas as fases estão sendo realizadas em um escritório em Teresina", exemplifica Cordeiro, acrescentando que a informatização do processo é o caminho para melhorar a lealdade das concorrências.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Olavo Rebelo, informou que a apuração das denúncias leva um bom tempo

devido os ritos legais que a investigação precisa seguir. Ele também pediu que os construtores denunciem todos os indícios de irregularidades em licitações. "Nós temos consciência de que no momento, em razão de termos que levar para o técnico, Ministério Público de Contas, depois o relator leva a plenário, que são processos que demandam o tempo que a lei requer e exige. Mas nós estamos pedindo a maior presteza, quando se tratar de licitações", pontuou o presidente da corte.

(João Magalhães)

PEDIDO DE VISTAS

# Após fiscalização do TCE-PI, prefeitos cancelam decretos de emergência

Dois municípios já cancelaram oficialmente os decretos de emergência. MP-PI recomenda que os gestores anulem administrativamente o decreto.

Do G1 Piauí



Após fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE), prefeitos do Piauí estão recuando e cancelando decretos de emergência assinados no início da nova gestão. Cinco equipes de auditores, que estão trabalhando desde o começo de 2017, devem investigar 71 prefeituras. Segundo o diretor de auditorias municipais do TCE, Vilmar Moura, um levantamento preliminar indica que a maioria dos decretos não será reconhecida.

Ainda de acordo com Vilmar Moura, dois municípios já cancelaram decretos oficialmente e mais dois prefeitos estiveram no TCE pedindo informações sobre o que fazer para recuar. "Os técnicos estão vendo que o motivo do decreto não bate com o que é real, eles verificaram que as prefeituras não estão com a motivação correta para o decreto. A gente pede um relatório de equipe de transição e não encontra, solicitamos algum procedimento administrativo e também não é disponibilizado. Então os técnicos não tem uma base legal para se manter", disse o diretor.

Depois de prontos, os relatórios dos auditores serão encaminhados ao Ministério Público do Piauí (MP-PI). Os promotores vão acionar judicialmente os prefeitos que seguirem com os decretos mesmo não reconhecidos pelo TCE.

A promotora de Justiça Verangela Bastos, esclarece que o MP-PI alerta que os gestores cientes de que não há uma situação de emergência em seu município, anulem administrativamente o decreto, caso contrário serão ajuizadas ações de improbidade administrativa por desvio de finalidade.

"O decreto da emergência funciona quase como um cheque em branco. O gestor fica autorizado a fazer contratações diretas, ou seja, sem licitação alegando esse estado de emergência ou calamidade. Então, é importante verificar se essa situação efetivamente existe porque é algo pontual e não pode ser visto como de calamidade", explicou.

Link: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2017/02/apos-fiscalizacao-do-tce-pi-prefeitos-cancelam-decretos-de-emergencia.html>

16/02/17, 08:11

## TCE divulga IEGM e Cocal de Telha está entre os melhores



Imprimir



### Confira também

[Moradores encontram ossada humana em Cocal de Telha](#)

[Emater promove palestra na III Festa do Bode em Cocal de Telha](#)

[Sub tenente é acusado de assassinar esposa a tiros em Cocal de Telha](#)

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM/TCEPI) é um indicador concebido pelo Tribunal de Contas do Estado Do Piauí (TCEPI) que avalia a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos gestores das 224 prefeituras piauienses. Inédito no âmbito das Cortes de Contas do Brasil, tem como objetivo verificar se a visão e objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados de forma efetiva e com isso, oferecer elementos importantes para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo controle externo.

O IEGM é formado por 7 índices setoriais, consolidados em um único indicador com foco na análise da infraestrutura e dos processos nos municípios. São eles: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Proteção ao Meio Ambiente, Cidadãos e Tecnologia da Informação).

Resultado do primeiro IEGM/PI, que está sendo apresentado nos cursos e eventos do TCE-PI, mostra que o Piauí atingiu a média de 0,52 na avaliação dos municípios, numa pontuação que vai de 0 a 1. A maior média alcançada pelos municípios do Piauí foi nas dimensões de Saúde e Gestão Fiscal, que se refere à faixa de efetividade.

O resultado evidencia a concentração dos municípios piauienses na faixa C+ (em fase de adequação), com 72 cidades (50% dos que preencheram o IEGM) nesta situação. Constata-se também a ausência de municípios situados nas faixas A (altamente efetiva) e B+ (Muito efetiva). Por outro lado, destaca-se como ponto de

atenção a média de 0,27 obtida na dimensão i-Cidade, correspondendo à faixa C (baixo nível de adequação).

Os municípios piauienses que alcançaram média foram Água Branca, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Cajueiro da Praia, Campo Grande do Piauí, Cocal de Telha, Colônia do Gurguéia, Conceição do Canindé, Corrente, Elesbão Veloso, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, Oeiras, Parnaíba, São Miguel do Tapuio, Teresina e Vila Nova do Piauí.

O resultado obtido pela cidade de Cocal de Telha estando a frente de cidades como Campo Maior, Teresina, Piri-piri, Picos, Parnaíba e diversas outras, aparecendo em 6ª posição entre os municípios com médio B, considerada efetiva, foi recebida de maneira positiva pela gestora do município, prefeita Ana Célia. Segundo ela, o destaque se deve ao compromisso com a gestão e empenho de sua equipe administrativa. Segundo o ranking do MPF o município de Cocal de Telha está entre os 10 mais transparentes de todo o estado do Piauí com média 9,7 superando municípios que tradicionalmente ocupavam sempre os lugares de destaque no cenário estadual.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/241441/tce-divulga-iegm-e-cocal-de-telha-esta-entre-os-melhores>

# TCE-PI divulga resultado do IEGM dos municípios piauienses

O resultado do primeiro IEGM, mostra que o Piauí atingiu a média de 0,52 na avaliação dos municípios

15/02/2017 - Atualizado em: 15/02/2017, 12:41

Publicado por: Juliana Andrade



A maioria dos municípios piauienses – 143, ou 63,8% do total de 224 – preencheu os questionários do IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal). Lançado no Piauí em junho do ano passado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), o IEGM mede a efetividade dos projetos e programas colocados em execução nas gestões municipais por meio da avaliação de dados em sete áreas – Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação.



O resultado do primeiro IEGM, que está sendo apresentado nos cursos e eventos do TCE-PI, mostra que o Piauí atingiu a média de 0,52 na avaliação dos municípios, numa pontuação que vai de 0 a 1. Para efeito de comparação, São Paulo, Estado que criou o IEGM, alcançou 0.65, a maior média do índice no país. A maior média alcançada pelos municípios do Piauí foi nas dimensões de Saúde e Gestão Fiscal, que se refere à faixa de efetividade.

O resultado evidencia a concentração dos municípios piauienses na faixa C+ (em fase de adequação), com

72 cidades (50% dos que preencheram o IEGM) nesta situação. Constata-se também a ausência de municípios situados nas faixas A (altamente efetiva) e B+ (Muito efetiva). Por outro lado, destaca-se como ponto de atenção a média de 0,27 obtida na dimensão i-Cidade, correspondendo à faixa C (baixo nível de adequação).

Os municípios piauienses que alcançaram média B foram Água Branca, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Cajueiro da Praia, Campo Grande do Piauí, Cocal de Telha, Colônia do Gurguêia, Conceição do Canindé, Corrente, Elesbão Veloso, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, Oeiras, Parnaguá, São Miguel do Tapuio, Teresina e Vila Nova do Piauí.

A apresentação dos resultados do IEGM Brasil será feita inicialmente no III Seminário para Novos Gestores, que será realizado nesta quinta e sexta-feira (16 e 17), em Parnaíba, e em cursos e outros eventos do TCE-PI. Também está sendo disponibilizando no site do Tribunal. Servirá tanto aos prefeitos e vereadores quanto aos munícipes, pois possibilita a aferição de resultados, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento. No dia 27 de fevereiro será lançado o IEGM, quando os gestores responderão os questionários referentes ao exercício de 2016.

Favorece também o controle social ao evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as exigências da sociedade, além de contribuir para o aperfeiçoamento da ação fiscalizatória dos Tribunais de Contas. Nesta avaliação, mede-se a qualidade dos gastos municipais elucidando, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva.

Link: <http://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/02/15/tce-pi-divulga-resultado-do-iegm-dos-municipios-piauienses/>

# Tribunal de Contas aplica multa ao vereador Hamilton Pereira

A decisão aconteceu após constatadas algumas irregularidades como atraso no envio da prestação de contas mensal e despesa total da Câmara Municipal superior ao limite legal.

BÁRBARA RODRIGUES

15/02/2017 @ 13h15 - atualizado @ 13h17



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) reprovou a prestação de contas da Câmara Municipal de Altos referente ao exercício financeiro de 2013 e aplicou multa ao vereador Hamilton do Nascimento Pereira, que era o presidente na ocasião.

A decisão aconteceu após constatadas algumas irregularidades como atraso no envio da prestação de contas mensal, despesa total da Câmara Municipal superior ao limite legal, despesas com folha de pagamento superior ao limite legal e irregularidade na fixação dos subsídios dos vereadores.

Os conselheiros decidiram então pela reprovação das contas e aplicação de multa ao vereador Hamilton do Nascimento Pereira, no valor correspondente a 1.000 UFR-PI, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas (FMTC), no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da decisão.

Participaram do julgamento os conselheiros Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Lillian de Almeida Veloso Nunes Martins, Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo, além do representante do Ministério Público de Contas, o procurador Leandro Maciel do Nascimento. A decisão é do dia 25 de janeiro.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tribunal-de-contas-aplica-multa-ao-vereador-hamilton-pereira-409228.html>

# TCE-PI intensifica fiscalização e prefeitos revogam emergência

Por: da Redação Enviada em: 15/02/2017



Após auditoria do TCE em municípios que decretaram situação de emergência, vários deles devem ser rejeitados pela corte de contas. Prefeitos revogam decretos.



Corte do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - Foto: Site/TCE

Parece que a empreitada de alguns prefeitos do estado em decretar situação de emergência não deu muito certo. O Tribunal de Contas do Estado está avaliando com cuidado cada decreto e conferindo de perto para saber se a situação da realidade é a mesma descrita 'no papel' pelos prefeitos.

De cara, o tribunal rejeitou 15 dos 81 decretos de prefeituras. Mais recentemente, o tribunal já divulgou que grande maioria dos que faltavam ser analisados também deverão ser

rejeitados. Vários prefeitos, vendo a atenção e o cuidado que o TCE-PI está tomando com a causa, estão buscando informações de como 'des-decretar' para o TCE-PI, ou seja, revogando os decretos de emergência de seus municípios. Parece que a boca esquentou...

Link: <http://www.45graus.com.br/boca-quente/tce-pi-intensifica-fiscalizacao-e-prefeitos-revogam-emergencia>